



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

4.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Comunicado:

Exorta a todos os cidadãos, operários, camponeses, intelectuais, professores, estudantes, artistas, funcionários, empresários, comerciantes, organizações políticas e sociais a manterem-se unidos e vigilantes e a colaborarem com as instituições de manutenção e ordem contra qualquer manobra que vise contrariar os objectivos fundamentais de consolidação da democracia, de estabelecimento da paz e de reconciliação nacional.

CONSELHO DE MINISTROS

Comunicado

Moçambicanas, Moçambicanos!

Sua Excelência o Presidente da República, Joaquim Alberto Chissano assinou hoje, 4 de Outubro de 1992, o Acordo Geral de Paz entre o Governo e a Renamo.

A assinatura do Acordo Geral de Paz significa, para o nosso país, o fim dos males que a guerra tem causado ao povo moçambicano.

Para chegarmos a esta data, percorremos um longo, difícil e sinuoso processo, desde a resistência secular contra a dominação estrangeira, à Luta Armada de Libertação Nacional pela conquista da Independência, pela restauração do progresso, justiça social, paz e estabilidade no nosso País.

Nesta luta, e mesmo em condições difíceis, soubemos sempre encontrar na mobilização popular e na unidade de todos os moçambicanos, a inspiração e o instrumento decisivo para continuarmos, sem desfalecimento, os ideais da libertação nacional, da independência, da igualdade e da justiça social.

Foi o povo moçambicano, que no período de transição para a independência, tomando a unidade nacional como sua arma fundamental, soube também impedir as manobras desencadeadas por forças contrárias à independência e às aspirações mais profundas dos moçambicanos. Estas forças, apesar de derrotadas vieram a constituir a origem da desestabilização no nosso país.

Alcançada a Independência Nacional, o nosso país, desde logo, teve de enfrentar a agressão externa perpetrada pelo exército da ex-Rodésia do Sul e de forças desestabilizadoras que constituíam um prolongamento dos grupos que se opunham às aspirações mais profundas do povo moçambicano à Independência Nacional.

Nesta fase do nosso processo histórico, o povo moçambicano, unido e organizado resistiu à agressão externa e assegurou a solidariedade ao povo irmão do Zimbabwe na sua luta pela independência.

Com os Acordos de Lancaster House, de novo se tornou forte para nós, o sonho de Paz, o direito de curarmos as nossas feridas, reerguermos as nossas casas, cultivarmos os nossos campos. Logo depois da independência do Zimbabwe o nosso sonho à Paz, estabilidade e harmonia social foi gorado pelo prosseguimento de acções de desestabilização que passaram a ser dirigidas e financiadas pela África do Sul.

Os que sempre estiveram contra nós, o colonialismo, o racismo e o apartheid instrumentalizam a miséria e a ignorância para pôr moçambicanos a matar moçambicanos e a destruir o país.

Vivemos longos anos de guerra caracterizados por destruição massiva de infra-estruturas económicas e sociais, pela violência física e moral contra milhares de moçambicanos, sem paralelo na história dos povos da África Austral.

A guerra abalou profundamente o tecido ético e social do nosso país e a economia.

Esta situação foi ainda agravada pela ocorrência de um ciclo de calamidades naturais, particularmente a pior seca de que há memória nesta região de África e que assola presentemente o nosso país.

Como consequência, milhares de moçambicanos vivem hoje uma situação de pobreza absoluta obrigados a uma situação de deslocados dos seus locais de origem ou refugiados nos países vizinhos.

Apesar desta situação o patriotismo do nosso povo, de todas as camadas sociais, confissões religiosas, etnias e raças, constituiu sempre a muralha impenetrável, o muro protector da nossa soberania, da integridade territorial e da unidade nacional.

Nestes anos difíceis, o nosso povo, que vem enfrentando inúmeros sacrifícios e privações, sempre acreditou que a Paz constitui a condição essencial para a resolução dos

seus problemas e encorajou o Governo a desenvolver iniciativas para a alcançar.

É neste contexto que se prosseguiu a marcha pela reconstrução económica e social, o alargamento das liberdades democráticas, a transformação das instituições para garantir o pluralismo e o multipartidarismo. Este processo conta com a participação da grande maioria do nosso povo.

Dando prosseguimento às acções diplomáticas que culminaram com o Acordo de Nkomati, em 1984, o Governo continuou a desenvolver esforços para o estabelecimento da Paz, que conduziram ao actual processo de negociações directas com a Renamo.

No processo de negociações foi também determinante a participação activa de vários Chefes de Estado, instituições e personalidades nacionais e estrangeiras, como mediadores, facilitadores e observadores.

Neste momento crucial da vida do país, em que acolhemos o Acordo Geral de Paz com justificada explosão de alívio e inabalável esperança num futuro de Paz, o Governo saúda as Forças Armadas, pilares da Nação que sempre souberam destacar-se como obreiras da independência, na defesa da integridade territorial e da soberania nacional, saúda particularmente os soldados, que sofrendo muitas vezes de fome e carências várias, mantêm-se heroicamente firmes, na honrosa missão da defesa da Pátria. Os sofrimentos e as carências que atingem os nossos combatentes são afinal o sofrimento do nosso povo causado pela guerra.

A conquista da Paz abre novas luzes para o Governo, com o apoio da comunidade internacional, mobilizar esforços e meios para os consagrar aos desmobilizados e mutilados de ambas as partes do conflito, para a sua reinserção na vida produtiva e social.

Com o apoio da comunidade internacional devendo todos, empresários, organizações não-governamentais nacionais, instituições religiosas, organismos sociais, constituem uma grande cadeia de solidariedade humana para socorrer a todos os nossos compatriotas vítimas da seca que o flagelo da guerra tornou mais vulneráveis, colocando-os na condição de deslocados e refugiados.

A Paz tem de ser assegurada por todos pois não podemos conceder espaço à perturbação da Paz que tanto san-

gue e sacrifício nos custou e custa! Não há alternativa à Paz!

Uma vez que cesse o fio das armas, temos que reconstruir a Pátria, reerguer as escolas e hospitais queimados, reparar as pontes, estradas e vias férreas destruídas; lançar as sementes nas nossas machambas; reiniciarmos a nossa produção mineira, reactivarmos a produção industrial e a actividade de transporte rodoviário e ferroviário; assegurar que a nossa actividade comercial se estenda até as localidades mais recônditas.

Temos que libertar a Pátria da fome miséria, doença e ignorância.

O Governo manifesta o seu empenho em assegurar o funcionamento das instituições, da economia, e do sector social do país num clima de tranquilidade e harmonia entre os cidadãos.

Neste contexto as Forças de Defesa e Segurança foram instruídas para se manterem em prontidão, activas e vigilantes, a assegurar a ordem e a tranquilidade pública, combatendo todos os actos que visem criar a instabilidade e pôr em causa os acordos assumidos pelo Governo.

Moçambicanas, Moçambicano

Neste momento decisivo da vida do nosso país, mais uma vez, tal como noutras situações no passado, os moçambicanos são chamados a manifestarem o seu patriotismo, a sua unidade, a sua vigilância participando nos esforços do Governo para o estabelecimento da Paz e de um clima de reconciliação no país.

O Governo exorta a todos os cidadãos, operários, camponeses, intelectuais, professores, estudantes, artistas, funcionários, empresários, comerciantes, organizações políticas e sociais a manterem-se unidos e vigilantes e a colaborar com as instituições de manutenção da lei e ordem contra qualquer manobra que vise contrariar os objectivos fundamentais de consolidação da democracia, de estabelecimento da paz e de reconciliação nacional.

Só a nossa continuada unidade e vigilância pode evitar que de novo nos tentem sonegar a Paz.

Maputo, 4 de Outubro de 1992.